



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681328 - SP (2021/0226322-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : LUCAS FERREIRA VAZ LIONAKIS E OUTRO
ADVOGADO : LINDEBERG FRANCISCO PELISSON ROCHA - SP289361
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE FRANCISCO PELISSON ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE FRANCISCO PELISSON ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2163810-88.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006 e 329 do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Os impetrantes sustentam que o paciente é primário, estudante universitário, com residência fixa e profissão certa, predicados que lhe permitiriam responder ao feito em liberdade, sobretudo ao considerar que faz parte do grupo de risco da Covid-19.

Apontam que o réu sofreu agressões em solo policial, não foi realizado exame de corpo de delito, bem como deixou-se de informar à família, estando configurado o abuso de autoridade.

Afirmam que o decreto preventivo careceria de elementos concretos e não teria demonstrado a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade ao paciente. É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da

periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a manutenção da custódia do paciente nos seguintes termos (fls. 97-98):

Prima facie, impende esclarecer que a busca pela liberdade provisória do paciente já foi liminarmente apreciada e indeferida em outro remédio constitucional (HC nº 2160446-11.2021.8.26.0000), sendo certo que um dos subscritores daquela exordial igualmente figura como impetrante do presente writ.

Muito embora a atual impetração embarque sua própria forma de fundamentar o idêntico intuito da exordial, assim como sopesado à ocasião, não se verifica nenhuma nulidade ou manifesto constrangimento ilegal a ensejar a concessão da tutela de urgência, cabível apenas quando evidente a ilegalidade do ato impugnado.

*Nada obstante aos acréscimos instrutórios realizados, inclusive no sentido de comprovar a comorbidade do paciente, que ostenta diabetes, nesse momento cognição sumária, nada mais merece ser acrescido para além da pormenorizada decisão do *habeas corpus* supramencionado.*

A única tese inaugural a ser considerada está traduzida na grave acusação perpetrada pelos impetrantes, no sentido de que, em solo policial, o “paciente foi agredido e obrigado a confessar a suposta traficância”. Insta consignar que inexistente comprovação nesse sentido, bem como acrescer que a custódia processual do paciente sequer se vê fundamentada em tal confissão.

No mais, as questões deduzidas serão sopesadas com maior alcance no momento oportuno, até porque a natureza satisfativa do pedido impõe a resolução da controvérsia pelo colegiado, juízo natural da causa, no oportuno julgamento do remédio constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência